Como vota Deputado? Uma análise votação que barrou o financiamento de campanhas por Pessoas Jurídicas na PEC 182/2007

Francisco Antonio Sousa de Araújo

11 jul, 2022 (atualizado: 19 jul, 2022)

# Introdução

Para persuadir os eleitores de que suas políticas são benéficas, o partido no poder precisa de recursos escassos, como tempo de televisão e dinheiro para propaganda. Uma maneira de obter esses recursos é vender favores de políticas para aqueles que podem pagar por eles, seja por contribuições de campanha, políticas editoriais favoráveis ou influência direta sobre outros. Devido a assimetria de informação entre as preferências dos eleitores e as ações do governo requer-se o uso de recursos econômicos para cobrir o custo da informação. Este resultado não é o resultado de irracionalidade ou desonestidade. Downs (1957) defende que fazer lobby em uma democracia é uma resposta altamente racional à falta de informação perfeita, assim como a submissão do governo às demandas dos lobistas.

O custo dessa atividade lobista está associado a atividades de *rent seeking*, como demonstrado por Buchanan, Buchanan e Tullock (1965), Krueger (1974), Posner (1975) e Olson (1996). Outros trabalhos que analisam a relação entre eleições e atividade de *lobby*, observaram que os políticos eleitos beneficiavam mais os grupos com mais eleitores indecisos ou com eleitores mais informados. Além disso, o benefício destes grupos é maior se as contribuições de campanha são mais eficazes para influenciar os eleitores [baron1994electoral; Grossman e Helpman (1996); Bennedsen *et al.* (2003)]. Outros autores focam no Congresso para avaliar de que forma as doações de campanha influenciam as ações dos parlamentares (Langbein, 1986 ; Schuler, 1999).

Especificamente para o Brasil, pesquisas como as de Samuels (2001), Peixoto (2010), e Mancuso e Speck (2015) concluem que o dinheiro tem um papel importante na definição dos resultados eleitorais. Portugal e Bugarin (2003) analisam os impactos do financiamento público das campanhas eleitorais sobre a política adotada pelo partido majoritário no pleito eleitoral e também sobre a representação resultante dos partidos no congresso. Os autores concluem que quando existem apenas doações privadas a política implementada favorece os grupos economicamente dominantes e a representação partidária no Legislativo é equilibrada. Porém, se as campanhas eleitorais forem financiadas exclusivamente pelo poder público, a política vencedora é socialmente ótima. O custo disso é que um único partido tende a ser dominante. No caso em que o financiamento das campanhas é misto, a política adotada é viesada em favor dos grupos mais fortes e a representação no Congresso torna-se assimétrica, no longo prazo um partido torna-se dominante.

Nesse âmbito, em maio de 2015 iniciou-se na Câmara dos Deputados Federais uma série de votações que definiam novas regras sobre o financiamento de campanhas eleitorais. Todas foram apensadas à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 182/2007, que originalmente tratava de fidelidade partidária, mas no decorrer desse processo englobou diversos temas sobre o sistema político brasileiro e ficou conhecida como a Minirreforma Política.

Dentre as propostas, destaca-se a Emenda Aglutinativa (EMA) n.º 22. O texto permitia que Pessoas Físicas (PF) e Pessoas Jurídicas doassem recursos diretamente aos candidatos em suas campanhas eleitorais. A emenda foi rejeitada, eram necessários 3/5 dos votos dos Deputados, ou seja, 308 votos. No total, foram 251 votos Sim, 203 Não e 4 Abstenções.

Esta pesquisa busca responder a seguinte pergunta: Quais os motivadores dos votos dos Deputados na EMA n.º 22? O objetivo é identificar os principais fatores que explicam essa escolha. A rejeição ocorreu por motivação ideológica ou os congressistas desejavam criar uma barreira à entrada de novos políticos, acabando com uma importante fonte de recursos para as campanhas eleitorais ?

Todas as informações obtidas provêm do portal de Dados Abertos da Câmara dos Deputados e do portal de Dados Abertos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Na tentativa de encontrar quais os fatores mais correlacionados com o voto dos Deputados foram elencadas algumas variáveis relacionadas às características pessoais, aos aspectos políticos e de financiamento de campanha dos parlamentares. Foram utilizados dois métodos de estimação o *Elastic-Net*, desenvolvito por Zou e Hastie (2005), e um *Logit* padrão. Como resultados tem-se que a hipótese de barreira a entrada não foi constatada. Além disso, a ideologia foi um forte motivador do voto, Deputados mais a direita votaram Sim. Um fator que aumentou a probabilidade de votar Não foi a orientação partidária contrária à proposta. Por fim, destaca-se o comportamento coerente dos Deputados mais financiados por PJ que apresentaram maior chance de votar a favor da medida.

Além desta introdução, este capítulo é composto por mais seis. O próximo traz uma contextualização histórica da EMA n.º 22. Depois é feito o levantamento bibliográfico com os trabalhos que demonstram a importância dos recursos financeiros nas campanhas eleitorais brasileiras, além de traçarem um perfil das doações nos pleitos anteriores. A seção seguinte descreve a metodologia utilizada. A seção 5 descreve a base de dados. Na seção 6 são discutidos os resultados da pesquisa, seguido das considerações finais.

# A EMA n.º 22 no âmbito da PEC 182/2007.

Até o pleito de 2014 eram permitidas doações de empresas as campanhas eleitorais. A Lei 9.504/1997, Lei das eleições, permitia doações de PJ desde que obedecesse o limite de 2% de seu faturamento bruto do ano anterior à eleição. Também eram permitidas doações de PF limitadas a 10% dos rendimentos brutos do ano anterior à eleição. Além disso, os próprios candidatos podiam fazer doações, mas sujeitos aos teto de gastos estabelecido por seus partidos (Brasil, 1997).

Outro dispotivo legal importante na delimitação das regras de financiamento de campanhas era a Lei dos Partidos Políticos. Em um de seus artigos haviam as regras que regiam o fundo partidário, que era formado por recursos da União, multas e penalidades do processo eleitoral, doações de PF e PJ e outros recursos destinados por lei. 95% dos recursos eram divididos de acordo com a proporcionalidade dos votos e o restante distribuído igualmente entre os partidos (Brasil, 1995).

Após as eleições de 2014, devido a insatisfação da população com a classe política e os escandâlos de corrupçao, o Congresso Nacional iniciou uma série propostas que mudavam algumas características do processo político no país. Dentre as medidas estavam a unificação do tempo dos mandatos ( 5 anos para todos os cargos), cláusula de barreira (restringindo o acesso ao fundo partidário e horário eleitoral gratuito), unificação das eleições na mesma data, voto facultativo, financiamento de campanhas eleitorais e outras.

Essas temáticas foram apensadas a PEC 182/2007 que originalmente alterava os artigos 17, 46 e 55 da Constituição Federal, para assegurar aos partidos políticos a titularidade dos mandatos parlamentares, além de estabelecer a perda dos mandatos dos parlamentares que se desfiliassem dos partidos pelos quais forem eleitos. Era a chamada PEC da fidelidade partidária.

O interesse da Câmara era tão grande que foram propostas 62 Emendas Aglutinativas, entre os dias 26 de maio de 2015 e 17 de junho do mesmo ano. Esse tipo de emenda tem como característica a junção de textos de outras emendas já apresentadas, a intençao é jujstamente dar seleridade ao processo. Esse processo foi chamado de Reforma ou Minirreforma Eleitoral.

Dentre as emendas, 10 tratavam de financiamento de campanha. As de número 3, 10, 19, 22, 27, 28, 32, 34, 35 e 36. Todas foram apresentadas entre os dia 26 de maio e 27 de maio. Mas, apenas 3 foram votadas, as demais foram retiradas ou prejudicadas. Para aprovação, eram necessários 3/5 dos votos. Todas essas EMA’s de financiamento de campanha foram rejeitadas.

A EMA n.º 22 foi votada no dia 26 de maio. A proposta dava a seguinte redação ao artigo 17 da CF: “É permitido aos partidos políticos e aos candidatos receber doações de recursos financeiros ou de bens estimáveis em dinheiro de pessoas físicas ou jurídicas, deendo a lei estabelecer os limites máximos de arrecadação e gastos de recursos para cada cargo eletivo”. O texto foi de autoria do Deputado Sérgio Souza do PMDB (PR) e recebeu 251 votos a favor, 203 contra, e 4 abstenções.

No dia seguinte, foram apresentadas a EMA n.º 10, de autoria da Deputada Jandira Feghali do PC do B (RJ). Nela, ficava estabelecido que os partidos pderiam financiar as campanhas eleitorais apenas com recursos de pessoas físicas e recursos públicos. Além disso, obrigava que os partidos dessem ampla divulgação dos valores recebidos e nomes dos doadores no decorrer da campanha. Por fim, pregava que os partidos e candidatos só poderiam receber as doações e gastá-las em campanha após estabelecimento de limites, em lei, das doações de PF em valores absolutos e percentuais.

A EMA n.º 32, de autoria do Deputado Leonardo Picciani do PMDB (RJ) também foi rejeitada no mesmo dia, e vedava o recebimento, por partidos políticos e candidatos, de recursos oriundos de pessoas físicas ou jurídicas. Cabia a lei estabelecer uma forma de financiamento público para cada cargo eletivo.

O relator, Deputado Rodrigo Maia do DEM(RJ), apresentou no dia 26 do mesmo mês um substitutivo. Assim, ele pode propor alteracoes em todo o texto do projeto. No dia 28 de maio o artigo 5º do Substitutivo foi votado e aprovado com 369 votos a favor, 39 contrários e 5 abstenções. A proposta permitia as doações de recursos financeiros de PF e PJ aos partidos políticos. Quanto as doacoes aos candidatos, ficava vedada a doação de PJ.

Por fim, no dia 12 de agosto de 2015, o mesmo artigo foi votado em segundo turno e aprovado com 317 votos favoráveis, 162 contrários e 1 abstenção. As discussões não ficaram restritas ao legislativo. No dia 17 de setembro do mesmo ano, o Supremo Tribunal Federal (STF) terminou de julgar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n.º 4650 feita pela Ordem de Advogados do Brasil (OAB) ainda no ano de 2011 que buscava o fim das doações de PJ. A partir daí, tais doações tornaram-se ilegais.

Toda a tramitção, emendas, destaques, substutivos e datas que tratram da PEC 182/2007 podem ser consultadas no site da Câmara dos Deputados[[1]](#footnote-21).

# Revisão Bibliográfica

Nesta seção foram selecionados trbalhos que demonstrassem a importancia dos recursos financeiros no resultado eleitoral, especificamente para o Brasil. Além disso, pesquisas que permitissem entender como tem se comportado as receitas de campanha ao longo do tempo.

Samuels (2001) investigou os pleitos brasileiros de 1994 e 1998 para os cargos de Presidente, Senador, Deputado Federal e Governador. O autor identificou que em ambas as eleições eram as PJ que despendiam mais recursos em doações para todos os cargos. Os vencedores eram os que recebiam as maiores quantias. Além disso, os candidatos de partidos considerados mais à esquerda pelo autor, como o PT e PDT, tinham receita menor que os de partidos no outro espectro ideológico. Os partidos de esquerda recebiam, inclusive, menos doações de empresas. Por fim, o autor ainda estimou uma regressão buscando inferir o impacto do dinheiro no percentual de votos obtidos. A conclusão foi de que o efeito era o maior dentre todas as explicativas para ambas eleições.

SPECK e MARCIANO (2015) discorrem sobre o perfil de financiamento de campanha dos Deputados Federais nos pleitos de 2002, 2006 e 2010. Os autores encontraram uma mudança no padrão de doações. Olhando para a média de doações, em 2002 e 2006, as principais fontes de recurso eram PJ, PF, recursos próprios, transferências de outros candidatos e comitês e por fim recursos do partido. Mas, em 2010, essa ordem mudou. As transferências dos partidos saíram de percentual médio, em relação a receita total, de 1%,em 2002, para 20%. Os recursos próprios passaram a ter menos importância e as doações PF e de outros candidatos empatam na 3 posição.

Outra contribuição dos autores foi separar os candidatos cuja receita de campanha adivinha mais do que 50% de uma única fonte. No início do intervalo estudado, mais da metade dos candidatos à Câmara recebiam mais de 50% de todas as doações de empresas. Em 2010 esse número caiu para 34%. Logo, fica evidenciado uma diminuição da importância do financiamento via PJ. Por sua vez, quando analisados os candidatos cujos recursos provinham majoritariamente do próprio partido, tem-se um salto de 0% em 2002 para 10% em 2010.

Silva e Cervi (2017) estudaram o financiamento das campanhas eleitorais dos candidatos a Deputados Federais em 2010 e em 2014. Os autores encontraram resultados similares a SPECK e MARCIANO (2015) para o ano de 2010. Porém, em 2014 houve uma nova mudança no padrão de financiamento. As empresas deixaram de ser os principais doadores diretos e passaram a destinar seus recursos aos partidos. Portanto, são os partidos políticos que figuram como maiores doadores, seguidos das PJ, PF, recursos próprios e transferências de outros candidatos e comitês.

Os pesquisadores ainda destacam que a partir da Resolução nº23.406/2014, do TSE, tornou-se obrigatória a identificação do doador originário. Dessa forma, tornou-se possível verificar as contribuições feitas pelos candidatos entre si e pelos partidos. Com isso, observaram que, embora tenha perdido importância relativa nas doações diretas, as PJ são os maiores doadores originários indiretamente, via recursos do partido ou de outros candidatos e comitês. Por fim, salientam que o desempenho eleitoral está ligado às receitas totais, especificamente quando oriundas dos partidos e empresas.

Peixoto (2010) avaliou o impacto dos gastos de campanha nas eleições de 2006, especificamente para a Câmara dos Deputados Federais e Estaduais. O autor incorpora as características pessoais e políticas dos candidatos em uma regressão de Mínimos Quadrados, onde a variável dependente são os votos. Embora os parâmetros estimados para gastos sejam positivos e significantes, ser político (Deputado ou Senador) tem efeito maior.

Mancuso e Speck (2015) pesquisaram os determinantes do financiamento empresarial diretamente aos candidatos nas eleições de 2002 até 2010. Além disso, averiguaram quais os impactos deste no resultado dos pleitos. Os autores concluem que os candidatos que já estão no cargo tem uma vantagem sobre os demais recebendo maiores doações. Além disso, os pertencentes a partidos grandes de direita são mais preferidos pelas empresas. Por fim, concluem que os campeões do financiamento empresarial possuem maior probabilidade de serem eleitos.

# Metodologia

## Modelo

Na tentativa de encontrar quais os fatores mais correlacionados com o voto dos Deputados foram elencadas algumas variáveis relacionadas às características pessoais, aos aspectos políticos e de financiamento de campanha dos parlamentares. Estimou-se o seguinte modelo linear.

Onde é um vetor representando o voto de cada dos ’s Deputados, , e , são vetores dos coeficientes a serem estimados, é o vetor dos distúrbios Não observados e as variáeveis entre parênteses estão descritas no Quadro 3.1.

| **Variável** | **Descrição** |
| --- | --- |
| EMA22 | Variável com valor igual a 1 caso o Deputado tenha votado Sim e 0 caso tenha votado Não. |
| **Pessoais** |  |
| Superior | *Dummy* para Deputado com grau de escolaridade de nível superior - valor 1 para candidatos com nível superior completo e valor 0 caso contrário. |
| Casado | *Dummy* para o parlamentar casado - valor 1 para casado e 0 para os demais. |
| Político | *Dummy* para Deputado cuja ocupação declarada ao TSE no pleito de 2014 - valor 1 para era deputado, senador ou vereador e valor 0 caso contrário. |
| Região | *Dummy* para a região a qual a UF cujo Deputado foi eleito pertence. |
| **Políticas** |  |
| Ideologia | Variável construída no capítulo anterior pelo método W-NOMINATE. |
| Orientação Contra | *Dummy* para o parlamentar cujo partido orientou a votar Não na EMA n.º 22. |
| Oposição | *Dummy* para os parlamentares que Não faziam parte da coligação vencedora nas eleições de 2014 - valor 1 caso pertencesse e 0 caso contrário. |
| **Financiamento** |  |
| Rec.PJ | Percentual da Receita Total de campanha advinda de doações de pessoas jurídicas. |
| Rec.PF | Percentual da Receita Total de campanha advinda de doações de pessoas físicas. |
| Rec.Próprios | Percentual da Receita Total de campanha advinda de recursos próprios do Deputado. |
| Rec.Partido | Percentual da Receita Total de campanha advinda do partido político do parlamentar. |

## Método

Devido a existência de uma grande quantidade de variáveis disponíveis e nenhum arcabouço teórico consolidado sobre o tema optou-se por utilizar um método de *Machine Learning* (ML) conhecido como *Elastic Net* e foi desenolvido por Zou e Hastie (2005).

O conjunto de explicativas utilizado para o ML foi composto pela ideologia do parlamentar, a orientação partidária em relação a votação em questão, se o Deputado mudou de partido após a eleição até o momento da votação, se o Deputado era um suplente, o total de votos obtidos na eleição, e se o congressista fazia parte da coligação do Governo. Também foram incluídos o patrimônio declarado à Justiça Eleitoral, os valores absolutos das doações feitas por PF, PJ, outros candidatos e comitês, pelo partido político do próprio Deputado, os recursos próprios utilizados como receita de campanha e também o valor total desta. Além de valores absolutos montou-se o percentual advindo de cada fonte. Como carcaterísticas pessoais mantiveram-se a idade, o sexo, o grau de instrução, o estado civil, a raça e a região a qual a UF, cujo Deputado representava, pertencia.

O ML consiste basicamente em três etapas. Inicialmente, divide-se a amostra em duas partes, aleatoriamente, uma chamada de teste e outra de treino. Utilizou-se a proporção de 75% para teste e 25% para treino, mantendo-se a proporção na variável resposta. Ou seja, na amostra como um todo cerca de 55% dos Deputados votou a favor da emenda e o restante contra. Essa proporcionalidade foi mantida na base de teste e de treino.

Depois, o modelo proposto é estimado utilizando a amostra de treino. Após a escolha da melhor especificação com base em métricas definidas pelo pesquisador, verifica-se o poder preditivo do modelo na base de teste. Esse processo é feito até que o melhor resultado seja obtido.

Algumas etapas auxiliares foram implementadas. Primeiramente, fez-se um pré-processamento dos dados na base de teste. Todas as variáveis categóricas foram transformadas em binárias. Depois foram imputados valores para os dados ausentes, de acordo com o algoritmo de K Vizinhos mais próximos (KNN). Por fim, foram eliminadas as variáveis com variância próxima de zero.

Na etapa em que o modelo foi treinado, usou-se a validação cruzada conhecida como *CV k-Fold* que consiste em dividir a amostra *k* partes iguais para que sejam escolhidos os hiperparâmetros do modelo. Cada método de estimação tem um conjunto de hiperparâmetros a serem definidos pelo pesquisador. Nesta pesquisa, o *k* escolhido foi igual a 4. Dessa forma, separou-se a primeira parte () e juntaram-se as demais ( + + ) onde o modelo foi estimado. Com base nos parâmetros obtidos, testou-se a previsão do modelo em . Isso é feito até que todas as subamostras sejam utilizadas como teste. Depois, associado a cada combinação de hiperparâmetros, calcula-se uma medida de qualidade média para as *k* subamostras.

O algoritmo de ML utilizado nesta pesquisa é uma generalização dos mínimos quadrados ordinários, onde é aplicada uma penalização ao número de coeficientes angulares estimados. Portanto, é feita a seguinte minimização:

Onde é o hiperparâmetro de penalização e é o hiperparâmetro de mistura entre os métodos *Ridge* () ou *Lasso* (). Como destacado, seus valores são escolhidos pelo pesquisador. Além disso, representa as variáveis explicativas, a variável resposta e e são os preditores. Por fim, e .

Voltando ao método de validação cruzada, buscou-se um conjunto de combinações (*grid*) entre e que alcançasse a melhor média, entre as *k* subamostras, da métrica de avaliação do modelo. Como o intuito desta pesquisa não é previsão, definiu-se como métrica o erro quadrático médio (EQM). Outros modelos de previsão e classificação focam em acurácia, precisão e curva ROC (*Receiver Operating Characteristic*). Uma vez escolhidos os melhores hiperparâmetros, estimou-se o modelo no conjunto de teste, onde foram extraídas as variáveis mais importantes, a partir do valor dos parâmetros estimados e padronizados.

Além do método de ML, empregou-se uma regressão *Logit* usual. Como será visto, o valor de encontrado foi próximo de zero, permitindo que fosse realizado uma regressão clássica. Nesse caso, mantiveram-se as variáveis explicativas que foram consideradas importantes para explicar o voto do parlamentar. AsSim, características pessoais como Sexo e Raça foram excluídas. Dentre as variáveis de financiamento, optou-se pelo uso dos percentuais em relação à receita total de campanha. O patrimônio foi desconsiderado por ter dados ausentes e ter uma disparidade muito grande entre os Deputados. Quanto às políticas, aquela que indicava se o mesmo era suplente não foi mantida, porque o número de votantes nessa condição era pequeno, total de votos obtidos também foi retirado.

Em suma, mantiveram-se as variáveis apresentadas no Quadro 3.1. A ideologia, como já dito, foi construída no capítulo 2. É importante ressaltar que a variável foi construída para toda a legislatura, portanto é fixa e só muda conforme a migração partidária. Espera-se que parlamentares mais à direita sejam favoráveis à EMA 22.

Quanto à orientação partidária contra a emenda, conjectura-se que seja capaz de influenciar a decisão do congressista em votar contrariamente. Para o coeficiente da variável binária que indica se o Deputado era da Oposição não há um sinal esperado *a priori*, uma vez que o Governo não se posicionou sobre o tema, liberando os Deputados para votarem conforme queiram.

Para as variáveis de financiamento, espera-se que aqueles cuja maior fonte de receita seja PJ votem pela aprovação da proposta. Para aqueles cuja maior fonte de financiamento advinda do próprio partido ou de recursos próprios espera-se um sinal negativo. A hipótese é de que ao barrar o financiamento PJ possa ser implementada uma barreira à entrada de novos concorrentes. Pelo mesmo motivo, de diminuir a concorrência, espera-se um parâmetro negativo para *dummy* que indica se o Deputado já era político.

Quanto às regiões, utilizou-se a Centro-Oeste como categoria de referência. AsSim como as demais variáveis de características pessoais, Não são esperados sinais a priori para os coeficientes estimados.

# Dados

Todas as informações obtidas provêm do portal de Dados Abertos da Câmara dos Deputados e do portal de Dados Abertos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). As variáveis referentes às características pessoais e de financiamento de campanha advém do TSE e foram montadas com base no pleito de 2014.

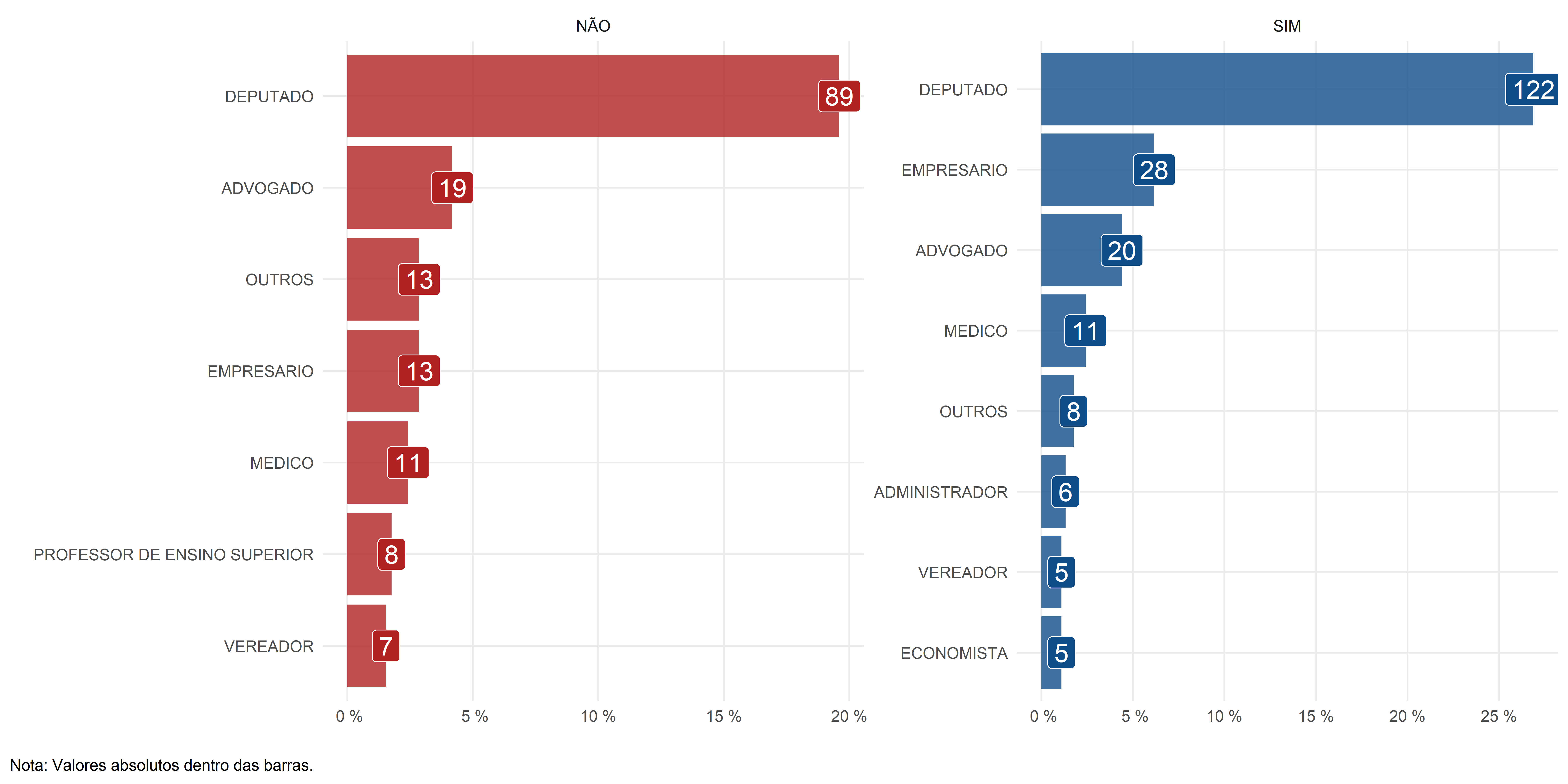
Os votos para a EMA n.º 22 foram obtidos conforme a data e horário em que a votação foi feita. No total, foram 458 votos. Destes, 251 foram a favor, 203 contra, e 4 abstenções, além do presidente da Câmara que não votou. A votação ocorreu no dia 26 de maio de 2015, a partir das 23h33m, sendo a última do dia. Foram considerados nas estimações apenas votos Sim e Não.

É importante ressaltar que 30 Deputados não participaram desta votação mas no dia seguinte votaram a proposta sobre a EMA n.º 10 e EMA n.º 32, que também tratavam do tema finaciamento de campanha.

## Características Pessoais

Buscou-se traçar um perfil dos Deputados votantes, diferenciando-os de acordo com o voto. A Figura traz as sete ocupações mais frequentes dos Deputados que votaram contra e a favor a emenda. Os percentuais indicados são sempre em relação aos 454 Deputados que votaram Sim ou Não.

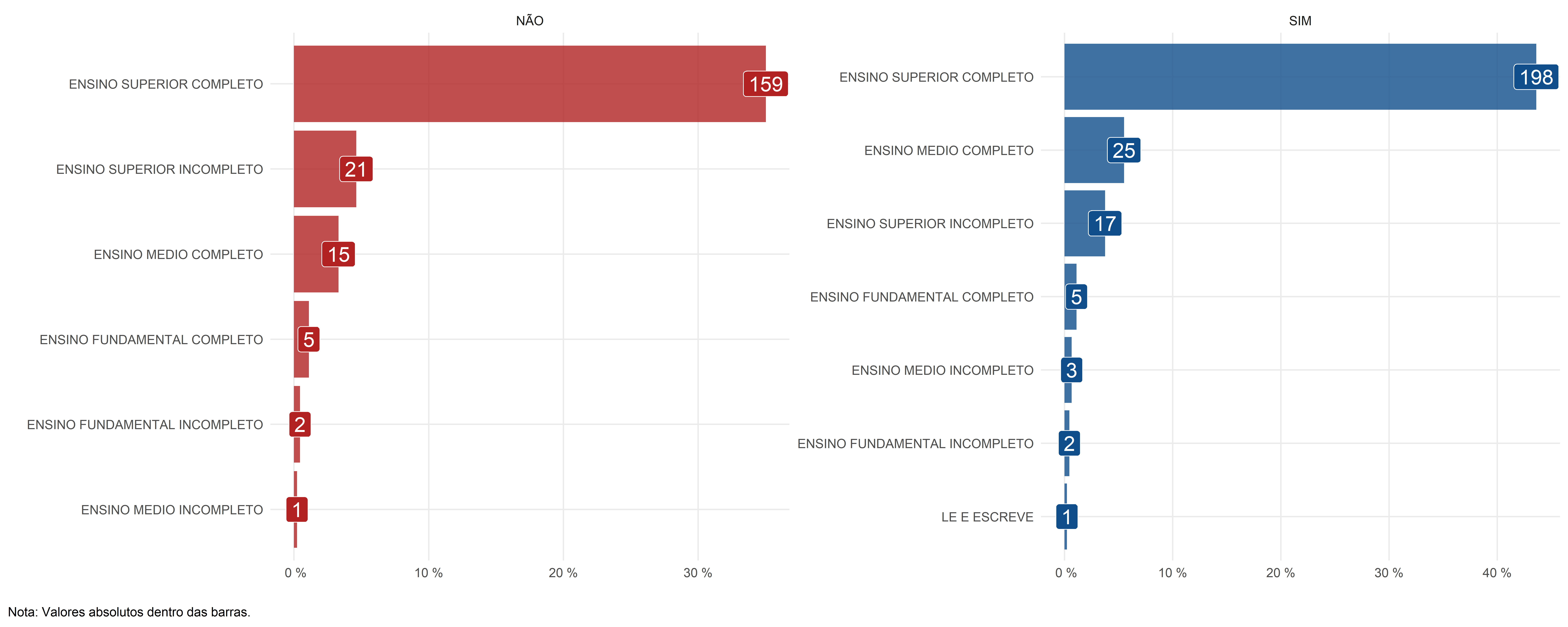
**Figura** : Sete principais ocupações dos votantes.



Mais de 25% de quem votou a favor já definiu sua ocupação, no momento da candidatura, como Deputado. Quase 20% de quem votou contra também já era congressista. Além disso, parece haver uma variabilidade maior nas ocupações do grupo que votou Sim. Por fim, é possível que estes percentuais estejam subestimados, uma vez que um Deputado pode considerar sua ocupação principal como advogado e declarar isso à justiça eleitoral.

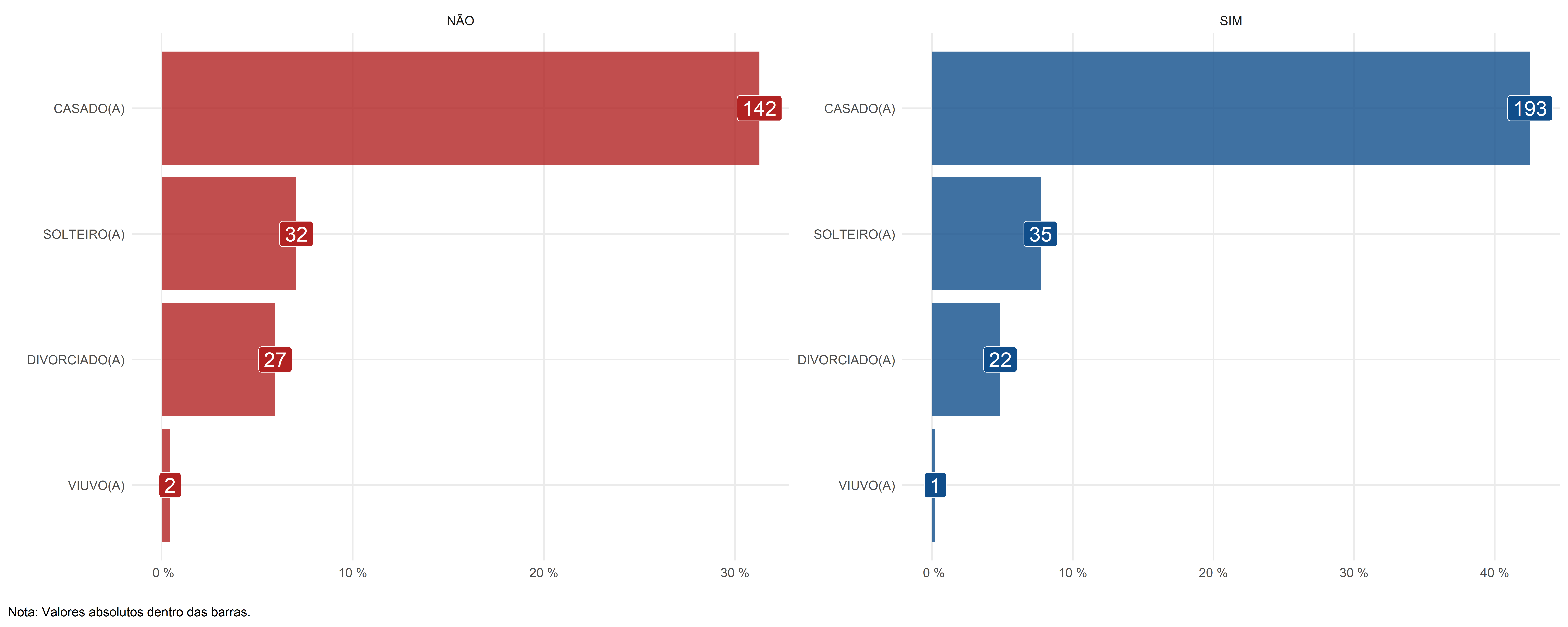
A Figura exibe a escolaridade dos Deputados. Embora a maioria, nos dois grupos, tenha ensino superior completo, chama atenção que um apenas lê e escreve.

**Figura** : Grau de instrução dos votantes.

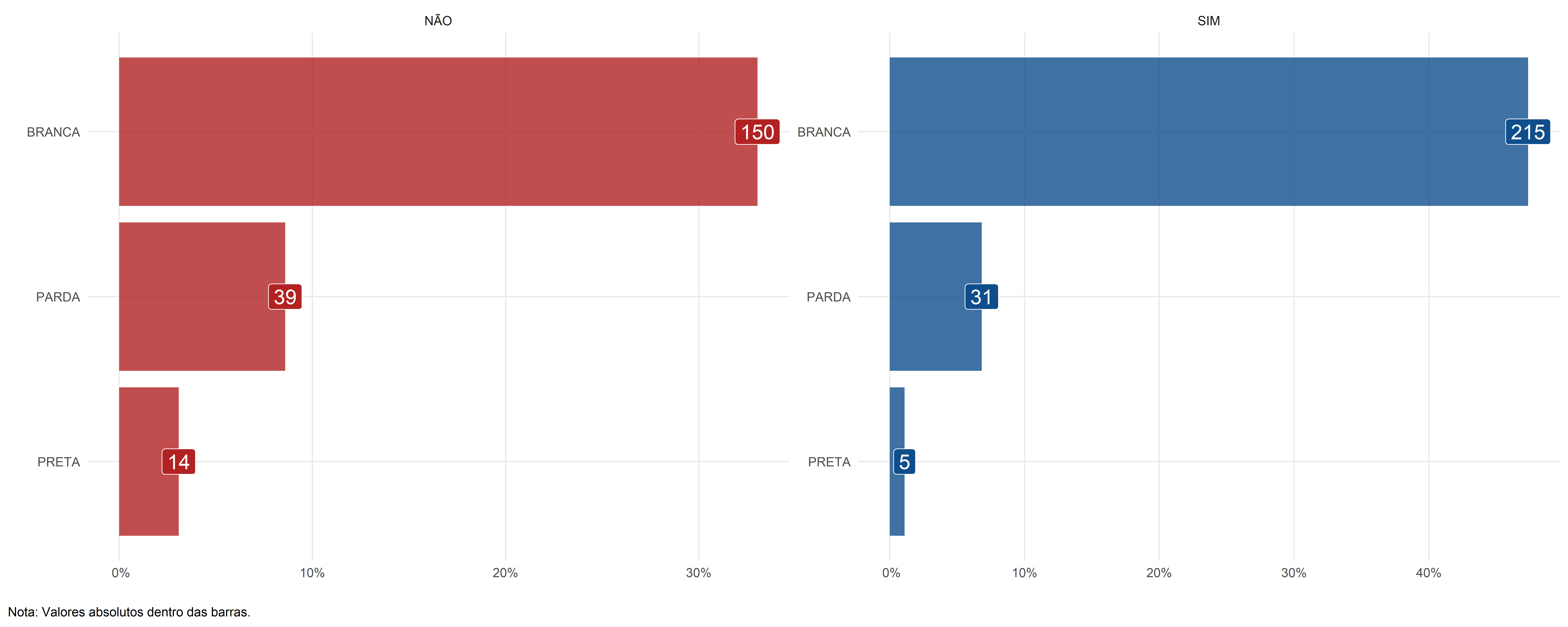


Quanto ao estado civil, Figura , mais de 70% são casados. A composição em ambos os grupos é similar. Além disso, observa-se pouca representatividade racial. Conforme a Figura , 80% são brancos. Não há nenhum indígena ou amarelo. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2019, aproximadamente 42% dos brasileiros se declararam como brancos, 46% como pardos, cerca de 9% como pretos, e 1% como amarelos ou indígenas.

**Figura** : Estado Civil dos votantes.

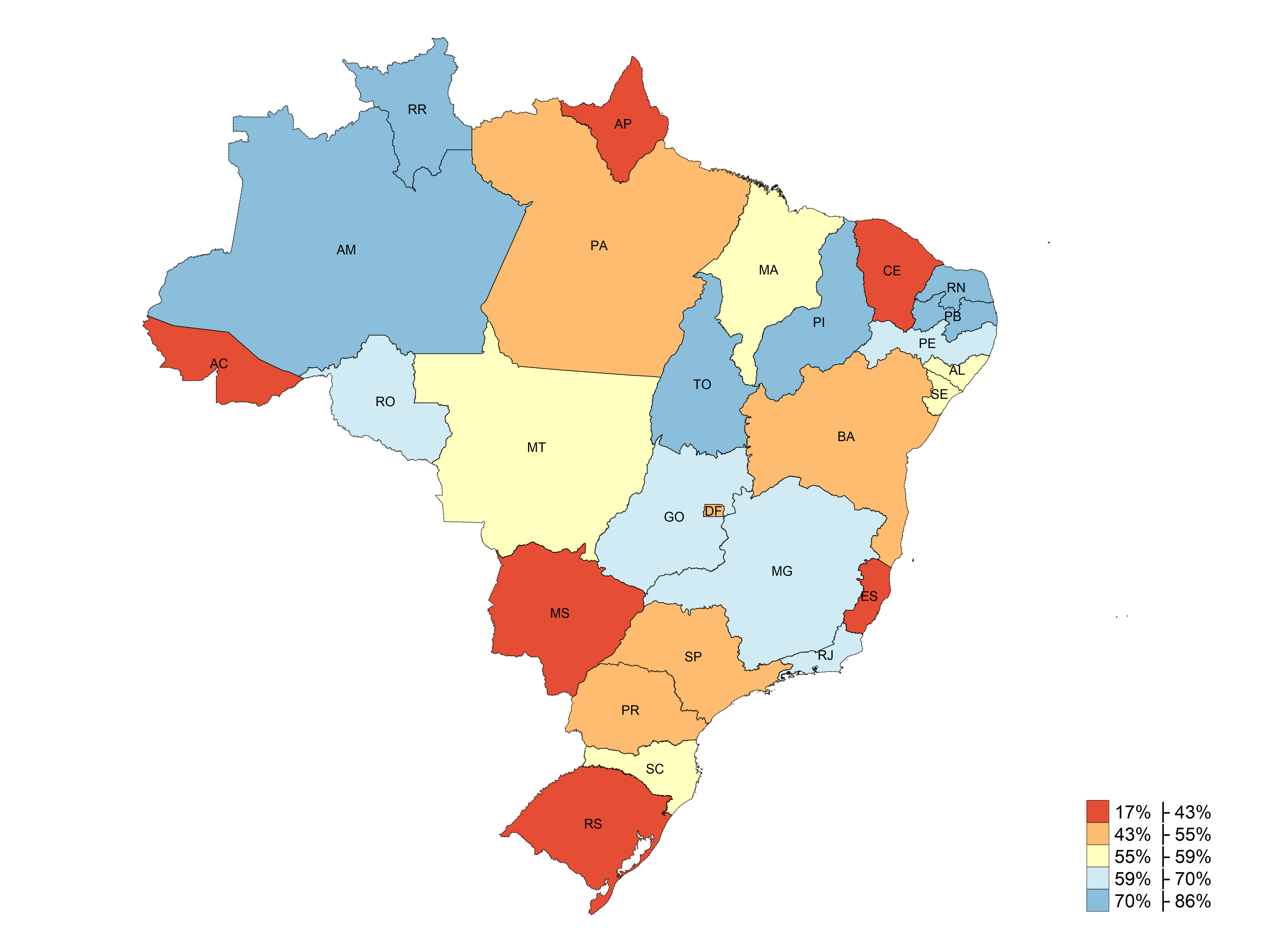


**Figura** : Raça dos votantes.



O mapa seguinte exibe o percentual de Deputados que votaram Sim para a EMA n.º 22 dentro de cada UF. Os intervalos das classes são fechados à esquerda e foram construídos conforme os quintis. Dessa forma, as UF’s em vermelho são aquelas cujos deputados mais votaram contra a emenda. No MS, por exemplo, apenas 1 Deputado, dos 6, votou a favor. Logo, cerca de 83% dos Deputados Federais do estado foram contra a proposta. No Ceará, 30% votaram a favor. Por outro lado, no TO, 86% (6 de 7) votaram Sim.

**Figura** : Percentual dos Deputados que votaram à favor, por UF.



Por fim, a Tabela sintetiza o grupo de variáveis através das suas estatísticas descritivas e compara os dois grupos. A variável patrimônio, em milhares de reais, é autodeclarada. Além de alguns casos de dados ausentes existem alguns casos “curiosos”. Alguns Deputados declararam ter apenas R$1.800,00. Por outro lado, o valor máximo foi de mais de R$ 1.000.000,00. O teste de médias apontou que os que votaram Sim têm um patrimônio maior do que os que votaram Não.

Quanto a ser político, fato que ocorre quando o parlamentar declara ser Deputado, Vereador ou Senador no momento da eleição, os grupos têm média estatisticamente igual.

A idade média também foi semelhante para os dois agrupamentos. O mínimo atingido foi de 23 anos (votou contra) e o máximo 84 anos (votou a favor). A média de pessoas do Sexo Masculino foi maior para os Deputados que votaram Sim, assim como a média de pessoas autodeclaradas da raça branca. Quanto a ter ensino superior e ser casado, a média de ambos os grupos não é estatisticamente diferente.

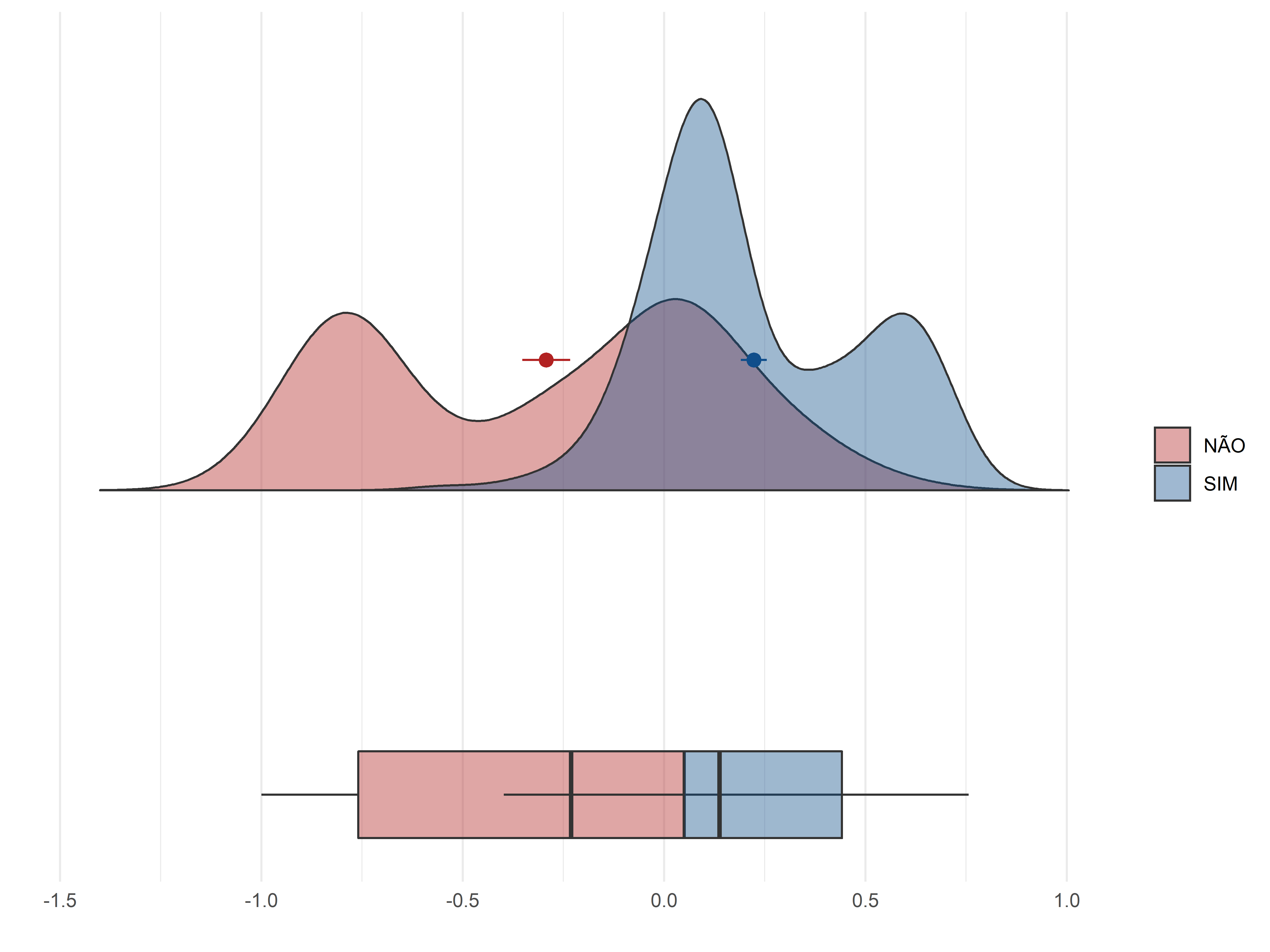
**Tabela** : Estatísticas Descritivas e Teste de Média, características pessoais.

| Estatísticas | Não, N = 203 | Sim, N = 251 | Valor p |
| --- | --- | --- | --- |
| Patrimônio |  |  | 0,012 |
| Média | 1.688,39 | 3.266,57 |  |
| Desvio Padrão | 3.554,67 | 8.862,84 |  |
| Mínimo | 0,18 | 10,75 |  |
| Máximo | 24.522,00 | 108.581,71 |  |
| Político |  |  | 0,3 |
| Média | 0,47 | 0,52 |  |
| Desvio Padrão | 0,50 | 0,50 |  |
| Mínimo | 0,00 | 0,00 |  |
| Máximo | 1,00 | 1,00 |  |
| Idade |  |  | 0,7 |
| Média | 50,83 | 51,24 |  |
| Desvio Padrão | 11,16 | 11,94 |  |
| Mínimo | 23,00 | 25,00 |  |
| Máximo | 75,00 | 84,00 |  |
| Sexo Masculino |  |  | 0,002 |
| Média | 0,86 | 0,94 |  |
| Desvio Padrão | 0,35 | 0,23 |  |
| Mínimo | 0,00 | 0,00 |  |
| Máximo | 1,00 | 1,00 |  |
| Ensino Superior |  |  | 0,9 |
| Média | 0,78 | 0,79 |  |
| Desvio Padrão | 0,41 | 0,41 |  |
| Mínimo | 0,00 | 0,00 |  |
| Máximo | 1,00 | 1,00 |  |
| Casado |  |  | 0,10 |
| Média | 0,70 | 0,77 |  |
| Desvio Padrão | 0,46 | 0,42 |  |
| Mínimo | 0,00 | 0,00 |  |
| Máximo | 1,00 | 1,00 |  |
| Branco |  |  | 0,002 |
| Média | 0,74 | 0,86 |  |
| Desvio Padrão | 0,44 | 0,35 |  |
| Mínimo | 0,00 | 0,00 |  |
| Máximo | 1,00 | 1,00 |  |

## Características Políticas

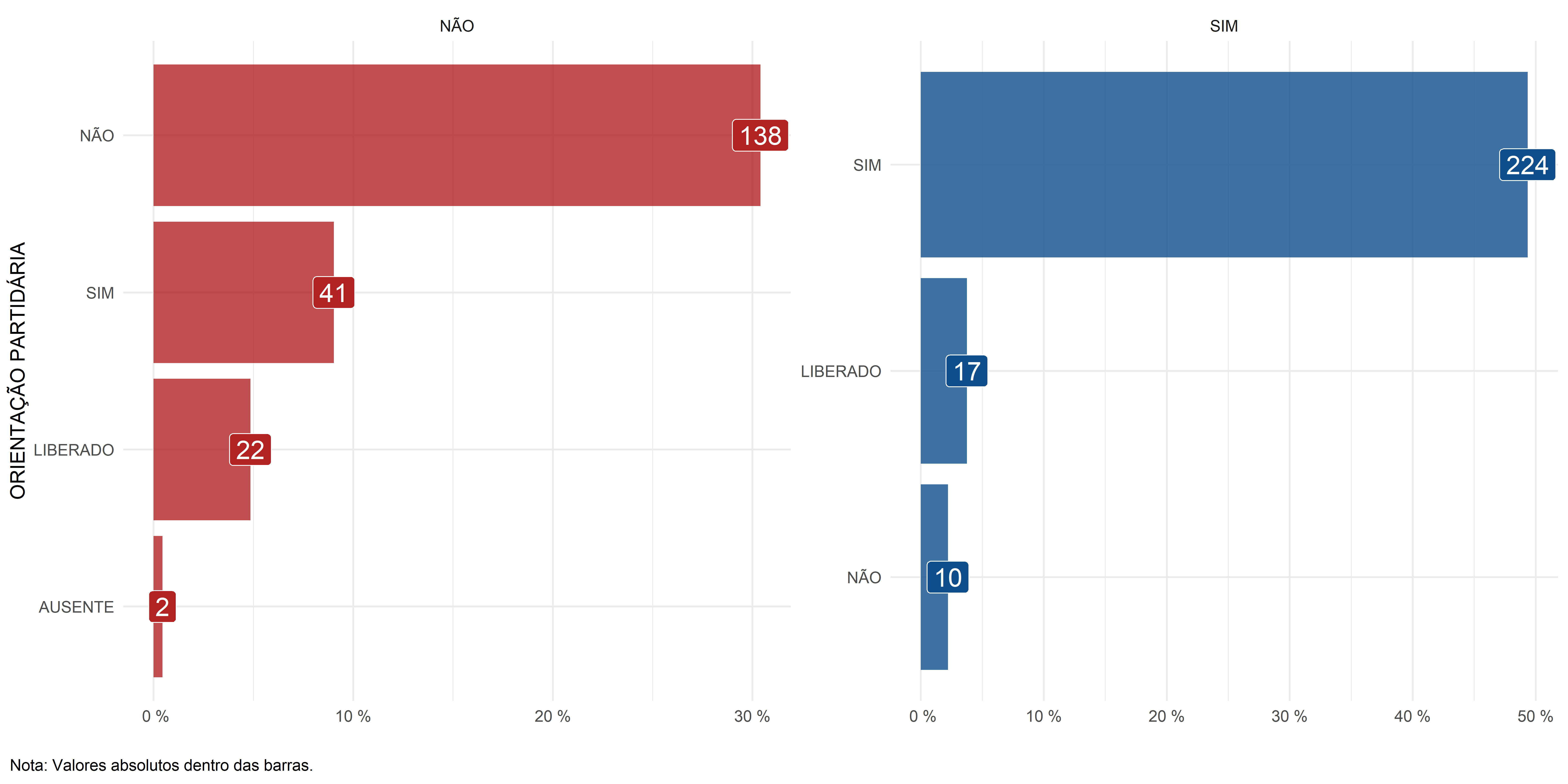
Na Figura observa-se a distribuição dos Deputados conforme a variável ideologia. Optou-se por manter apenas os valores obtidos pelo W-NOMINATE, por ser considerado um método mais consolidado. Além da distribuição dos dados são apresentados *box-plots* onde pode ser feita a visualização dos quartis. As médias são indicadas pelos pontos indicados nas curvas de densidade. Note que, a métrica varia de -1 até +1. Os Deputados que votaram a favor estão mais à direita no espectro ideológico.

**Figura** : Ideologia dos votantes



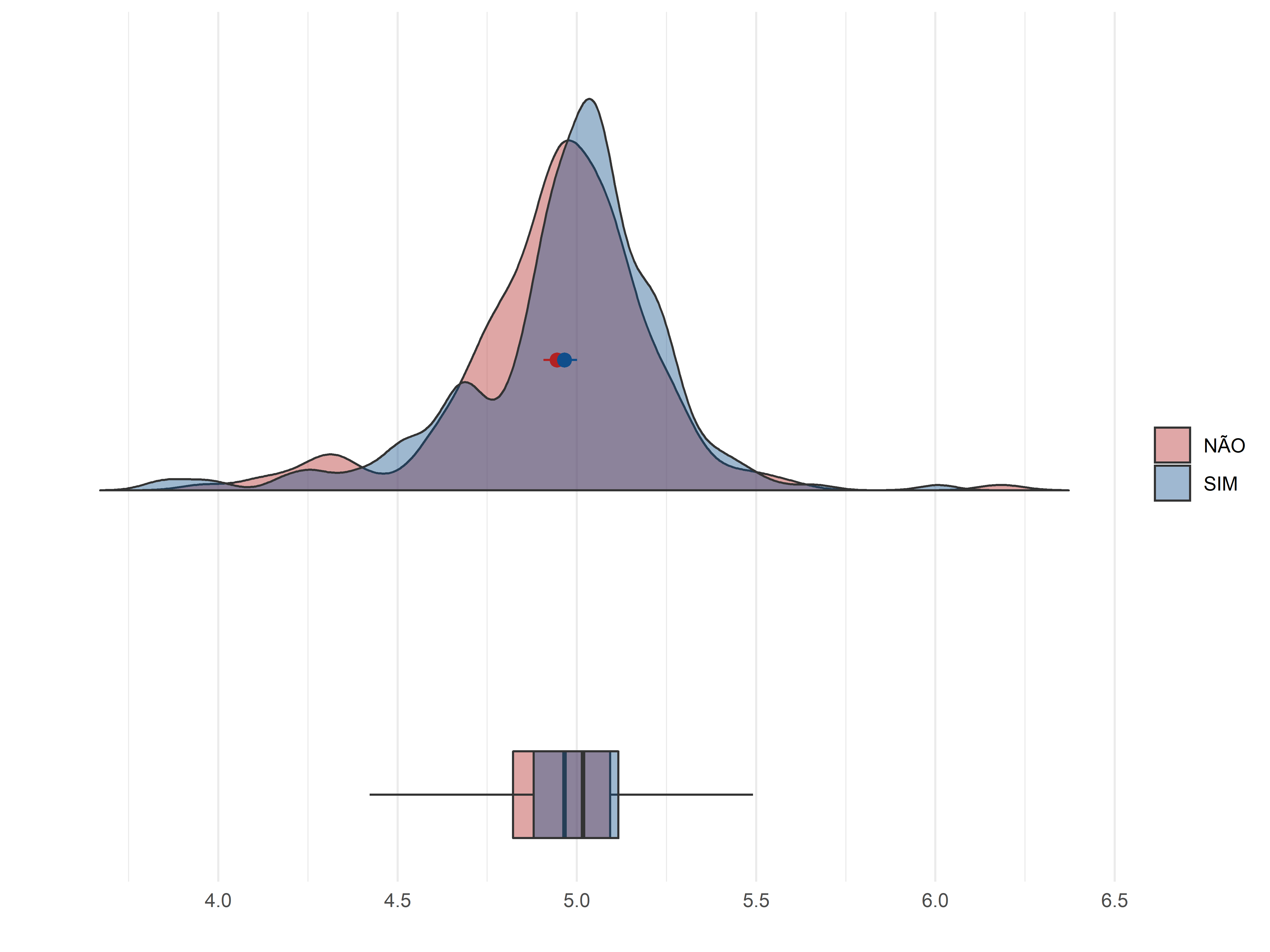
Referente a orientação partidária feita para a votação, Figura , nota-se que a maioria dos parlamentares obedece. Apenas em dois casos não foi possível identificar a diretiz do partido

**Figura** : Orientação Partidária x Voto.



Outra variável analisada foi o número de votos recebidos. A idéia é que esta sirva como *proxy* para força do Deputado. Assim, pode-se averiguar se existe alguma correlação entre a força política e a votação. O operador logarítmico foi aplicado para melhor visualização. Observa-se que os dois agrupamentos são muito parecidos, as curvas de densidade quase se sobrepõe.

**Figura** : Votos obtidos pelos Deputados no Pleito de 2014.



A Tabela traz as estatísticas descritivas dos demais dados e também o teste de médias. As ideologias dos grupos possuem médias diferentes. No grupo que votou Não existe pelo menos um Deputado na extrema esquerda, além disso tem-se um desvio padrão maior para tais parlamentares.

Entre as eleições e a votação em questão nenhum Deputado que votou a favor mudou de partido. No outro grupo, 7% mudaram. Quanto a ser um Deputado Suplente, tem-se um baixo número de políticos nessa condição em ambos os lados, não há diferença de médias nesse caso. Por sua vez, existem mais deputados na Oposição do que no Governo no grupo que votou Sim.

Quanto ao número de votos obtidos na eleição, há uma grande disparidade dentro de cada agrupamento. Existem Deputados que obtiveram mais de 1 Milhão de votos e outros que tiveram pouco mais de 6 Mil. Porém, a média de ambos os grupos é igual.

**Tabela** : Estatísticas Descritivas e Teste de Média, características políticas

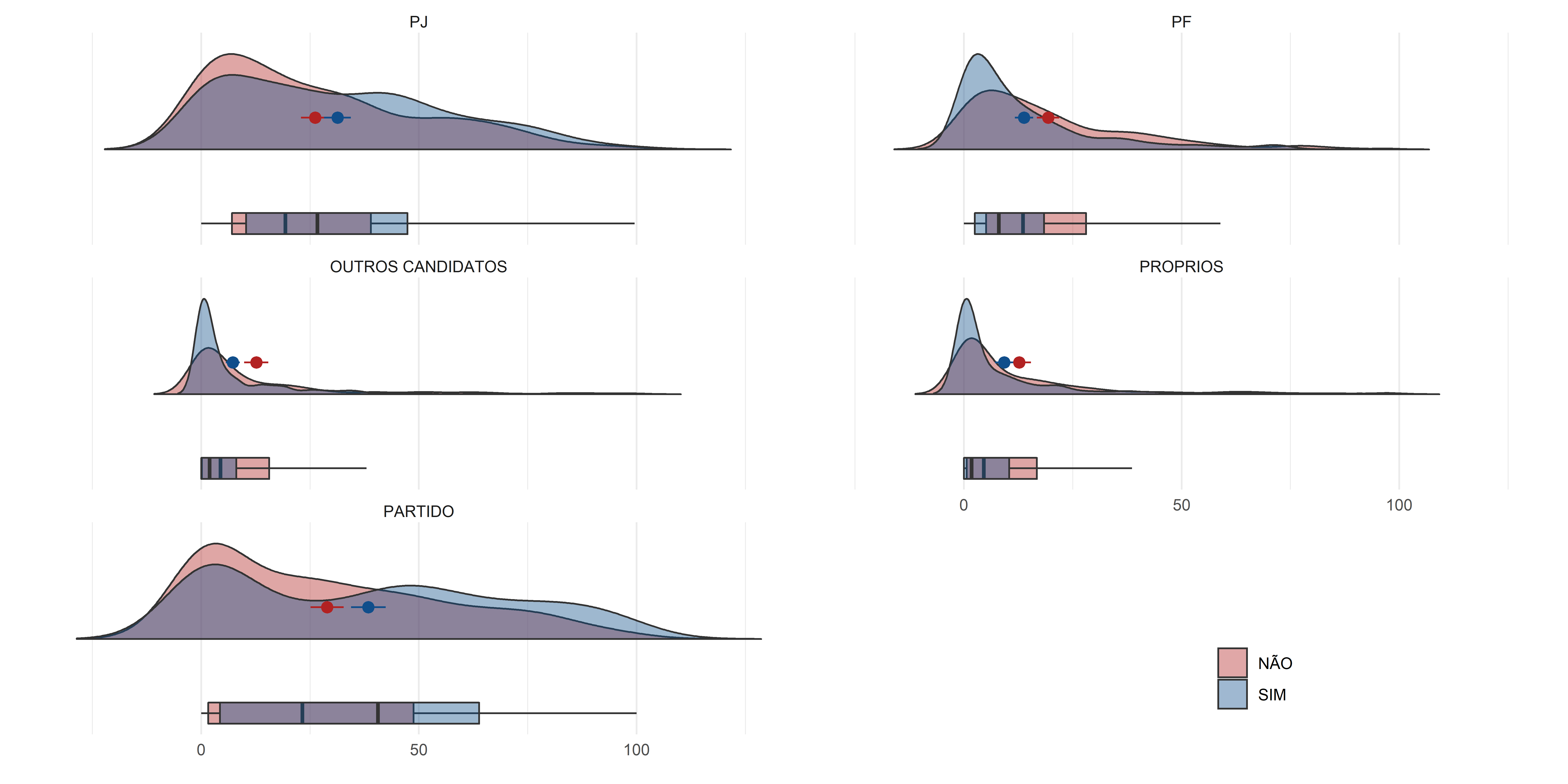
| Estatísticas | Não, N = 203 | Sim, N = 251 | Valor p |
| --- | --- | --- | --- |
| Ideologia |  |  | <0,001 |
| Média | -0,29 | 0,22 |  |
| Desvio Padrão | 0,43 | 0,26 |  |
| Mínimo | -1,00 | -0,55 |  |
| Máximo | 0,60 | 0,76 |  |
| Mudou de Partido |  |  | <0,001 |
| Média | 0,07 | 0,00 |  |
| Desvio Padrão | 0,26 | 0,00 |  |
| Mínimo | 0,00 | 0,00 |  |
| Máximo | 1,00 | 0,00 |  |
| Suplente |  |  | 0,7 |
| Média | 0,06 | 0,05 |  |
| Desvio Padrão | 0,24 | 0,22 |  |
| Mínimo | 0,00 | 0,00 |  |
| Máximo | 1,00 | 1,00 |  |
| Oposicao |  |  | <0,001 |
| Média | 0,30 | 0,50 |  |
| Desvio Padrão | 0,46 | 0,50 |  |
| Mínimo | 0,00 | 0,00 |  |
| Máximo | 1,00 | 1,00 |  |
| Votos |  |  | 0,7 |
| Média | 108.030,06 | 111.362,03 |  |
| Desvio Padrão | 114.243,02 | 82.094,82 |  |
| Mínimo | 9.048,00 | 6.733,00 |  |
| Máximo | 1.524.361,00 | 1.016.796,00 |  |
| Orientação Contra |  |  | <0,001 |
| Média | 0,68 | 0,04 |  |
| Desvio Padrão | 0,47 | 0,20 |  |
| Mínimo | 0,00 | 0,00 |  |
| Máximo | 1,00 | 1,00 |  |

## Financiamento de Campanha

Dentre as possíveis fontes de financiamento de um candidato destacam-se os recursos doados por PJ, por PF, pelo partido político do próprio candidato, seus recursos próprios e aquelas doações de outros candidatos e comitês. Nesta última rubrica existia a possibilidade de acontecer a seguinte situação: A empresa X doa uma quantia para o candidato Y. Este repassa integralmente o recurso ao candidato Z. Porém, na prestação de contas, o recurso era tipificado como doação de PJ para o candidato Y e como doação de outro candidato ou comitê para o sujeito Z. Embora seja uma situação permitida por lei é algo que dificultava a transparência do processo. Embora os dados disponibilizados pelo TSE, a partir de 2014, contenham a informação do doador primário, a empresa X no exemplo, é dificil fazer essa integrção pois muitos dados são ausentes. Outro ponto a destacar é que existem outras tipificações de receitas de campanha como doações de internet, comercialização de bens e outros. Porém, para a eleição em questão, os valores eram irrisórios.

A Figura exibe as informações dos valores doados por tipo de fonte, relativos a receita total, separando aqueles que votaram contra e a favor.

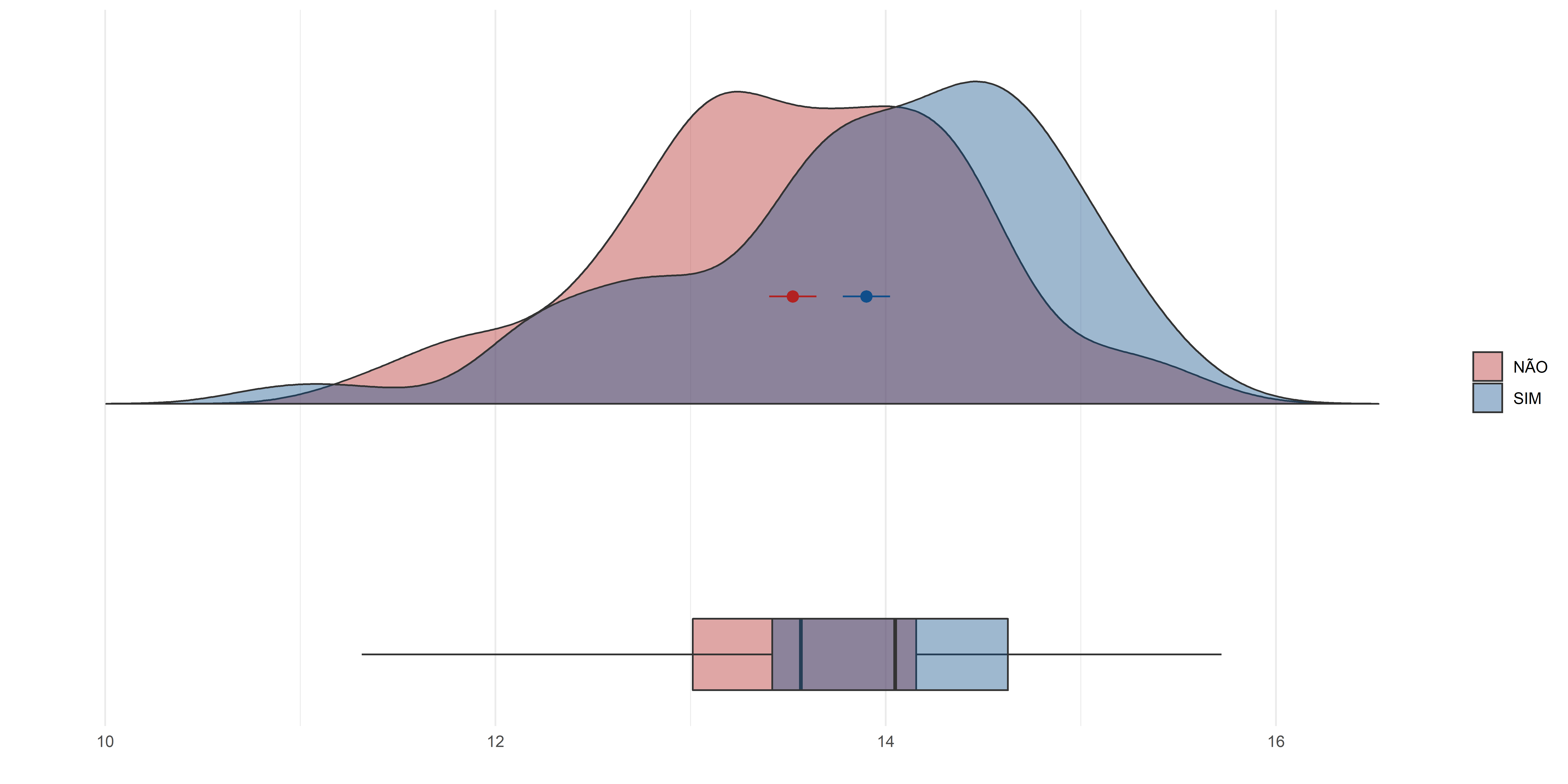
**Figura** : Receitas de campanha por tipo de doador



As distribuições dos dados são bem parecidas. Mas, observa-se que dentre os contrários e EMA a média de candidatos financiados por PF, recursos próprios e transferências de outros candidatos e comitês é maior.

Agregando as doações e calculando a receita total de campanha tem-se a Figura . Para melhor visualizaçao, foi aplicato o logaritmo. Embora boa parte das curvas de distribuição se sobreponham, nota-se que a média da receita total dos que votaram Sim é maior do que a média dos que votaram Não.

**Figura** : Receita Total de Campanha



A Tabela traz as descritivas sobre as receitas totais e por fonte. As que estão em valor absoluto referem-se a milhares de reais. Quando considerados os valores monetários por tipo de receita, apenas as médias dos recursos advindos de PJ são estatísticamente diferentes. Nesse caso, os que votaram Sim tem uma média maior.

Quanto aos valores totais, destaca-se a grande dispersão dos dados. O desvio padrão é de mais de R$995.000,00 nos dois grupos. Na média, os grupo que votou Sim tem receita maior.

Por fim, ao se analisarem as receitas como percentual do total há uma perfil bem diferente de financiamento, de acordo com as médias. Os que foram a favor da emenda foram mais financiando por PJ e pelo próprio partido, enquanto aqueles que foram contra recebiam mais doações de PF, outro candidatos e comites ou pagavam com recursos próprios a campanha. Fato este já observado na Figura .

**Tabela** : Estatísticas Descritivas e Teste de Média, financiamento de campanha.

| Estatísticas | Não, N = 203 | Sim, N = 251 | Valor p |
| --- | --- | --- | --- |
| Rec.PJ (Absoluto) |  |  | <0,001 |
| Média | 336,43 | 517,24 |  |
| Desvio Padrão | 536,38 | 625,71 |  |
| Mínimo | 0,00 | 0,00 |  |
| Máximo | 3.828,34 | 3.532,07 |  |
| Rec.PF (Absoluto) |  |  | 0,6 |
| Média | 143,69 | 153,65 |  |
| Desvio Padrão | 187,99 | 218,40 |  |
| Mínimo | 0,00 | 0,00 |  |
| Máximo | 1.826,76 | 1.714,24 |  |
| Rec.Próprios (Absoluto) |  |  | 0,7 |
| Média | 117,07 | 104,68 |  |
| Desvio Padrão | 317,23 | 305,99 |  |
| Mínimo | 0,00 | 0,00 |  |
| Máximo | 2.887,87 | 3.343,81 |  |
| Rec.Partido (Absoluto) |  |  | <0,001 |
| Média | 351,41 | 722,16 |  |
| Desvio Padrão | 548,01 | 926,87 |  |
| Mínimo | 0,00 | 0,00 |  |
| Máximo | 3.986,46 | 5.769,68 |  |
| Rec.Candidatos (Absoluto) |  |  | 0,10 |
| Média | 120,71 | 85,04 |  |
| Desvio Padrão | 258,50 | 182,29 |  |
| Mínimo | 0,00 | 0,00 |  |
| Máximo | 1.674,51 | 1.518,03 |  |
| Rec.PJ (Percentual) |  |  | 0,025 |
| Média | 26,19 | 31,31 |  |
| Desvio Padrão | 23,51 | 24,77 |  |
| Mínimo | 0,00 | 0,00 |  |
| Máximo | 95,88 | 99,53 |  |
| Rec.PF (Percentual) |  |  | 0,001 |
| Média | 19,33 | 13,80 |  |
| Desvio Padrão | 18,59 | 16,71 |  |
| Mínimo | 0,00 | 0,00 |  |
| Máximo | 89,82 | 96,23 |  |
| Rec.Próprios (Percentual) |  |  | 0,046 |
| Média | 12,70 | 9,24 |  |
| Desvio Padrão | 19,36 | 16,94 |  |
| Mínimo | 0,00 | 0,00 |  |
| Máximo | 98,04 | 98,48 |  |
| Rec.Partido (Percentual) |  |  | <0,001 |
| Média | 28,92 | 38,39 |  |
| Desvio Padrão | 27,39 | 31,98 |  |
| Mínimo | 0,00 | 0,00 |  |
| Máximo | 95,25 | 100,00 |  |
| Rec.Candidatos (Percentual) |  |  | 0,001 |
| Média | 12,64 | 7,25 |  |
| Desvio Padrão | 20,19 | 12,95 |  |
| Mínimo | 0,00 | 0,00 |  |
| Máximo | 99,41 | 93,82 |  |
| Receita Total (Absoluto) |  |  | <0,001 |
| Média | 1.069,89 | 1.583,03 |  |
| Desvio Padrão | 995,37 | 1.243,82 |  |
| Mínimo | 75,59 | 49,53 |  |
| Máximo | 6.244,29 | 6.723,54 |  |

# Resultados

Nesta seção serão apresentadas as métricas do processo de ML e as variáveis que o método identificou como mais importantes. Depois serão apresentados os resultados da regressão do método *Logit*.

## *Elastic Net*

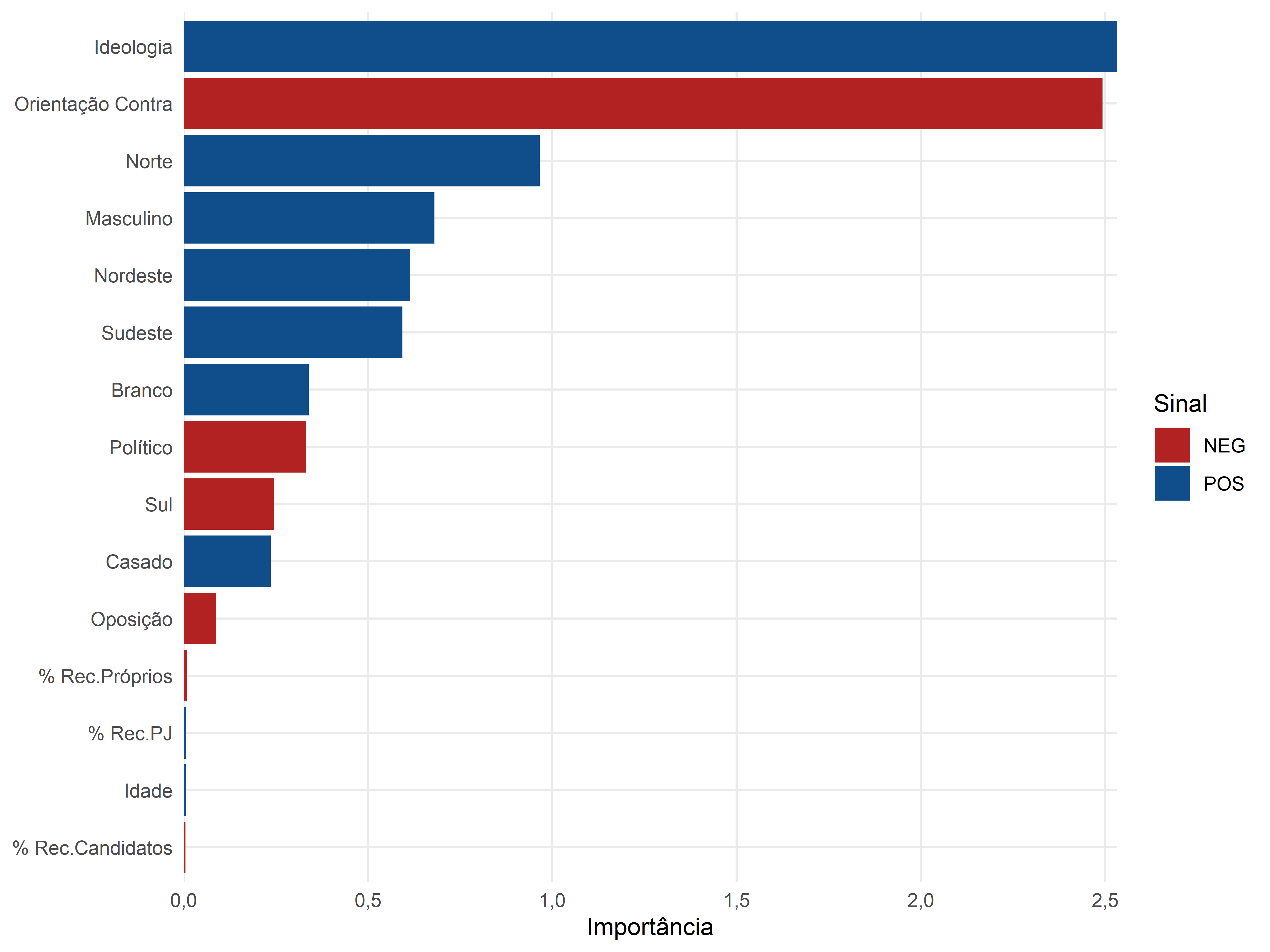
A partir da combinação de hiperparâmetros, escolheu-se aqueles que alcançavam a menor média do EQM no processo de validação cruzada. Foram utilizadas 10 combinações. A exibe os resultados. A combinação que atingiu a melhor métrica possui uma penalização muito próxima de zero, assim como todas as demais.

**Tabela** : Hiperparâmetros e média do EQM na validação cruzada

| Lambda | Alpha | Média | Desvio Padrão |
| --- | --- | --- | --- |
| 1,7e-02 | 1,6e-01 | 3,6e-01 | 2,6e-02 |
| 1,6e-03 | 9,5e-02 | 3,7e-01 | 2,7e-02 |
| 3,2e-07 | 3,2e-01 | 3,7e-01 | 2,7e-02 |
| 3,5e-05 | 4,6e-01 | 3,7e-01 | 2,7e-02 |
| 1,1e-04 | 5,4e-01 | 3,7e-01 | 2,7e-02 |
| 8,7e-10 | 3,8e-01 | 3,7e-01 | 2,7e-02 |
| 2,5e-08 | 8,8e-01 | 3,7e-01 | 2,7e-02 |
| 1,1e-09 | 8,0e-01 | 3,7e-01 | 2,7e-02 |
| 3,1e-06 | 9,7e-01 | 3,7e-01 | 2,7e-02 |
| 3,8e-01 | 6,3e-01 | 4,5e-01 | 1,5e-03 |

Com base nisso, estimou-se o modelo na amostra de teste e extraíram-se as variáveis explicativas mais importantes a partir dos parâmetros estimados e padronizados. A Figura mostra as quinze principais.

**Figura** : Top 15 Variáveis mais Importantes



Portanto, como o hiperparâmetro de penalização do melhor modelo é muito próximo de zero optou-se por estimar uma regressão usual. Foram consideradas algumas das variáveis apontadas pelo ML. É importante ressaltar que esta metodologia tem como maior interesse a previsão e não dá importância aos resíduos assim como os métodos mais clássicos de estimação.

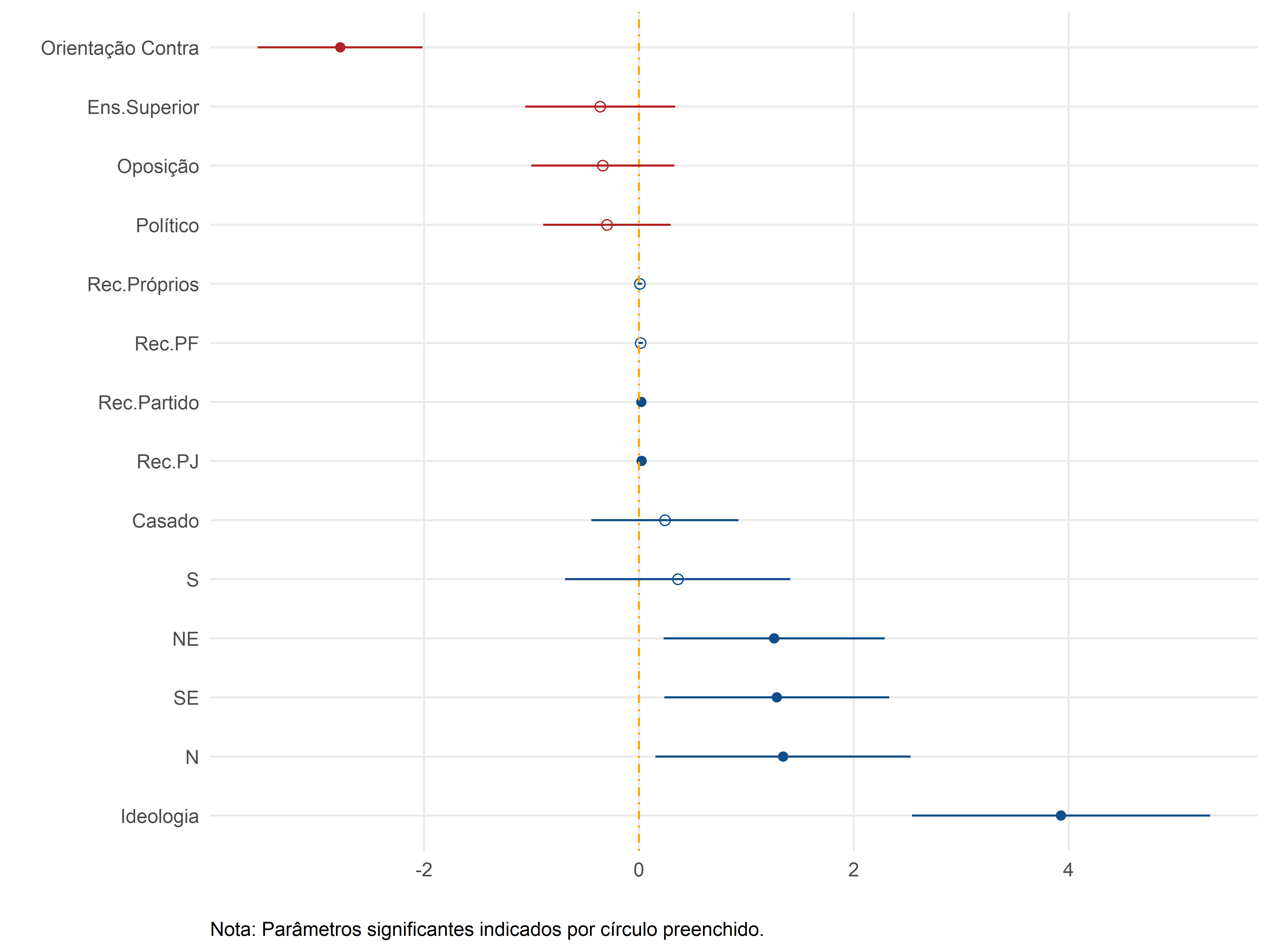
## *Logit*

Os resultados são apresentados graficamente na Figura . Dentre as características pessoais apenas aquelas que se referem às regiões, com exceção da *dummy* para o Sul foram estatisticamente significantes e positivas. Logo, exercer o papel de Deputado pelos estados das regiões Sudeste, Nordeste e Norte está relacionado a uma maior chance de votar a favor do financiamento de PJ. O destaque fica para a não significância da *dummy* Político. Isso pode indicar que ser um político estabelecido não influenciou a chance de votar contra a emenda. Logo, a hipótese de que estes buscariam criar uma barreira à entrada, via redução de recursos financeiros, não se comprova.

As variáveis políticas foram as que se mostraram mais importantes. Quanto mais à direita o parlamentar, maior a chance de votar Sim. Como mostrado por Samuels (2001) e @Mancuso e Speck (2015) existe uma relação entre ideologia e doações eleitorais feitas por empresas. Estas enviam maiores quantias aos partidos de direita. Portanto, os políticos desse espectro ideológico parecem levar essa preferencia em consideracao na hora de votar.

Além disso, quando o partido político posicionava-se contra a proposta a probabilidade do voto Não também aumentava. Fica portanto uma agenda aberta para novos estudos. Pode-se utilizar a média ou mediana da variável ideologia dos parlamentares para representar o partido, e, juntamente com as variáveis de receita partidária, analisar qual a motivação dos mesmos em orientar seus Deputados contra a emenda.

**Figura** : Coeficientes Estimados Regressão Logit

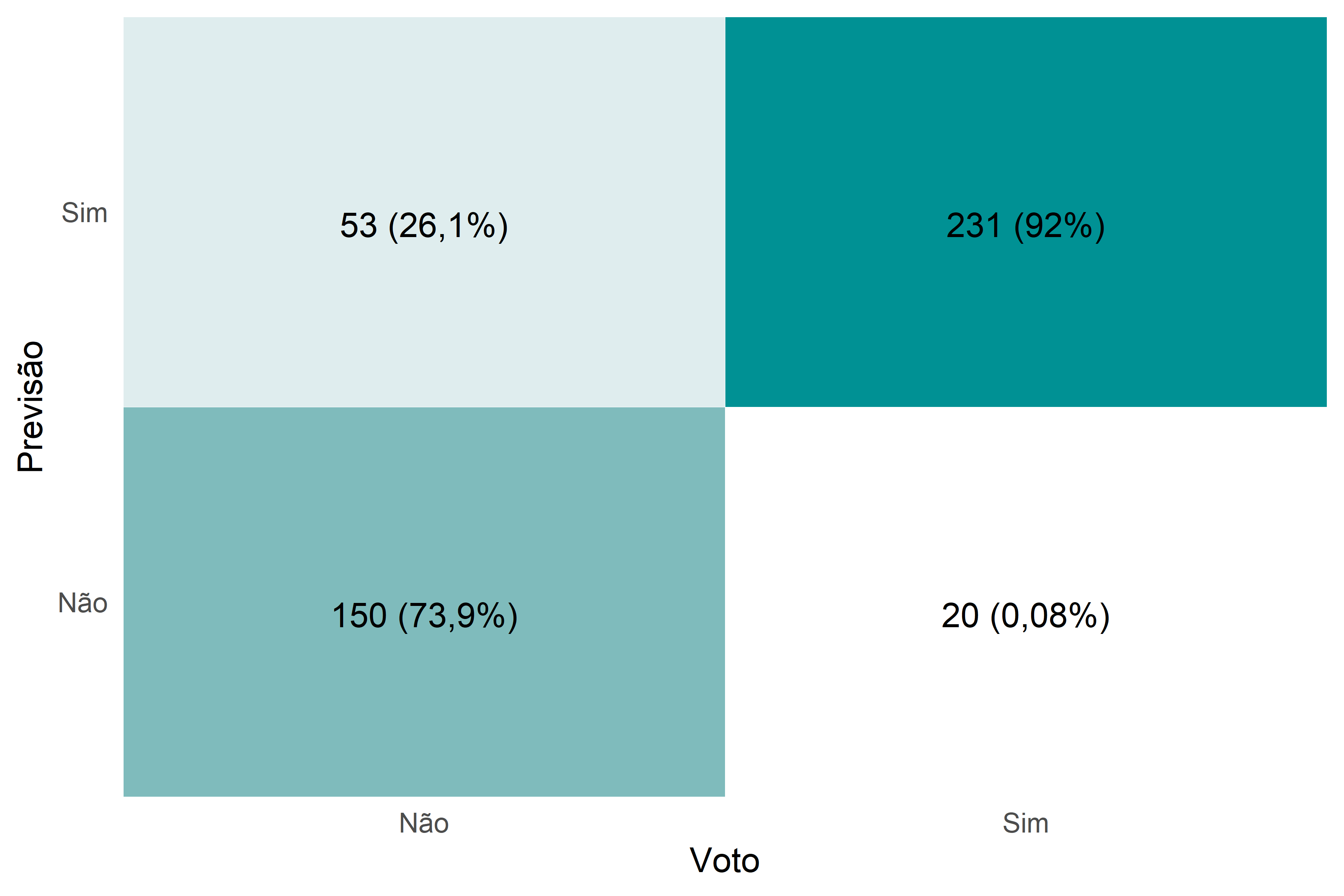


Por fim, dentre as variáveis de financiamento de campanha tem-se que quanto maior o percentual de financiamento obtido por doações de PJ maior a probabilidade de votar a favor da emenda. Algo esperado, afinal os votantes que mais dependiam dessa fonte não queriam perdê-la.

Os Deputados que mais financiaram suas campanhas com recursos partidários também mostraram-se favoráveis à medida, uma vez que a probabilidade de votar Sim, nesses casos, aumentava. Uma possível explicação está no fato de que são as PJ que mais financiam os partidos. Mais uma vez, a hipótese de que os parlamentares tentaram diminuir a concorrência pelos cargos públicos restringindo as fontes de financiamento dos futuros concorrentes não se comprova. Esperava-se que os que dependiam de outras fontes de receita, que não PJ, tivessem maior chance de votar Não.

Por fim, a Figura traz a relação entre as classes previstas e as efetivas. É possível observar que 92% dos votos Sim foram previstos como tal, enquanto que para votos Não a taxa de falsos verdadeiros foi de quase 74%. O Apêndice 3A traz uma tabela com os coeficientes estimados e outras estatísticas de qualidade do modelo como o Pseudo R2 de McFadden de 0,48 e a acurácia global do modelo foi de 0,84. Isso mostra uma bom poder preditivo do modelo.

**Figura** : Matriz de Confusão, Regressão Logit



# Considerações Finais

Esta pesquisa buscou averiguar quais os fatores mais relacionados com a votação dos Deputados Federais na EMA n.º 22, no âmbito da PEC 182/2007, também conhecida como a PEC da Minirreforma Política. A emenda propunha manter as doações privadas, de PJ e PF, diretamente aos candidatos dos cargos eletivos.

Para tanto, levantaram-se diversas variáveis explicativas ligadas às características pessoais, políticas e de financiamento de campanha dos Deputados votantes. A escolha de quais seriam utilizadas e de qual método seria adotado foi guiado por um processo de ML através do algoritmo *Elastic Net*. Uma vez que o hiperparâmetro de penalização estimado foi próximo de zero, optou-se pelo método usual de regressão *Logit*.

Quanto às características pessoais destaca-se não haver indícios que o fato de já ser político influenciou no voto. Portanto, a hipótese de que ao proibir os candidatos de acessar uma fonte de financiamento eleitoral os Deputados estabelecidos estariam criando uma barreira à entrada não se comprovou. Além disso, há um componente regional, indicado pela significância dos parâmetros das dummies de região, que pode ser mais explorado. Os políticos da região Centro-Oeste parecem ter maiores incentivos a votar contra a emenda.

Já para o conjunto de variáveis políticas, observou-se uma grande importância da orientação partidária no voto. Os pertencentes a partidos que orientaram o voto Não tiveram maior probabilidade de rejeitar a proposta. Esse fato abre espaço para um novo debate sobre os condicionantes dessa orientação. Os partidos políticos que encabeçaram um voto contrário a EMA 22 o fizeram por ideologia? Como são formadas as receitas desses partidos? Quão estabelecido é este partido na conjuntura política do país?

Por sua vez, a ideologia dos parlamentares mostrou-se relevante. Quanto mais a direita no mapa espacial de votações, maior a chance de aprovar a emenda. Esta variável está ligada à temática de finanças públicas e orçamento. Portanto, é possível que a motivação dos favoráveis a EMA 22 esteja ligada a um possível aumento do gasto público caso a emenda não fosse aprovada.

Por fim, analisando as fontes de financiamento tem-se que quanto mais financiado por PJ o Deputado foi, maior sua chance de votar Sim. Esse comportamento parece ser coerente, afinal se estes fossem contrários estariam perdendo doações para a campanha. Porém, esperava-se que os sinais dos coeficientes estimados das demais fontes de financiamento fossem significativos e negativos, supondo que seria racional para os parlamentares bloquear uma receita de campanha da qual eles não dependem e que favorecem seus concorrentes.

Vale destacar que o texto da EMA não se referia somente a doações diretas de PJ, mas de PF também. Na análise feita, assume-se que os votantes consideraram como medida principal da emenda apenas o fato ligado à PJ.

Trabalhos futuros podem utilizar as demais EMA ’s que tratavam sobre o financiamento de campanha na mesma PEC, outros algoritmos de ML e variáveis políticas em um maior horizonte temporal na construção de um capital político de cada candidato, como a média de votos recebidos em todas as eleições e o total de anos como político. Finalmente, destaca-se o caráter inovador desta pesquisa, ao utilizar uma variável de ideologia montada a partir das votações nominais de cada parlamentar para explicar uma votação específica.

# Referências

BENNEDSEN, M. *et al.* Vote buying through resource allocation in a government controlled sector. **Rivista di politica economica**, v. 93, n. 1, p. 49–78, 2003.

BRASIL. [Lei Nº 9.096, de 19 de Setembro de 1995](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9096.htm). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 19 set. 1995.

\_\_\_. [LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 30 set. 1997.

BUCHANAN, J. M.; BUCHANAN, J. M.; TULLOCK, G. **The calculus of consent: Logical foundations of constitutional democracy**. [s.l.] University of Michigan press, 1965. v. 100

DOWNS, A. An economic theory of political action in a democracy. **Journal of political economy**, v. 65, n. 2, p. 135–150, 1957.

GROSSMAN, G. M.; HELPMAN, E. Electoral competition and special interest politics. **The Review of Economic Studies**, v. 63, n. 2, p. 265–286, 1996.

KRUEGER, A. O. The political economy of the rent-seeking society. **The American economic review**, v. 64, n. 3, p. 291–303, 1974.

LANGBEIN, L. I. Money and access: Some empirical evidence. **The journal of politics**, v. 48, n. 4, p. 1052–1062, 1986.

MANCUSO, W. P.; SPECK, B. W. Financiamento empresarial na eleição para deputado federal (2002-2010): determinantes e consequências. **Revista Teoria & Sociedade**, 2015.

OLSON, M. Distinguished lecture on economics in government: big bills left on the sidewalk: why some nations are rich, and others poor. **Journal of economic perspectives**, v. 10, n. 2, p. 3–24, 1996.

PEIXOTO, V. DE M. Eleições e financiamento de campanhas no Brasil. **Rio de Janeiro. Tese de doutoramento defendida no Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro**, 2010.

PORTUGAL, A. C.; BUGARIN, M. Financiamento público e privado de campanhas eleitorais: efeitos sobre bem-estar social e representação partidária no Legislativo. **Revista de Economia Aplicada**, v. 7, n. 3, p. 549–584, 2003.

POSNER, R. A. The social costs of monopoly and regulation. **Journal of political Economy**, v. 83, n. 4, p. 807–827, 1975.

SAMUELS, D. Money, elections, and democracy in Brazil. **Latin American Politics and Society**, v. 43, n. 2, p. 27–48, 2001.

SCHULER, D. Dollars and Votes: How Business Campaign Contributions Subvert Democracy. **Political Science Quarterly**, v. 114, n. 2, p. 334–336, 1999.

SILVA, B. F. DA; CERVI, E. U. Padrões de financiamento eleitoral no Brasil: as receitas de postulantes à Câmara dos Deputados em 2010 e 2014. **Revista Brasileira de Ciência Polı́tica**, p. 75–110, 2017.

SPECK, B.; MARCIANO, J. L. O perfil da Câmara dos Deputados pela ótica do financiamento privado das campanhas. **Legislativo Pós-1988. Reflexões e perspectivas. Brası́lia, Câmara dos Deputados: Edições Câmara**, p. 267–292, 2015.

ZOU, H.; HASTIE, T. Regularization and variable selection via the elastic net. **Journal of the royal statistical society: series B (statistical methodology)**, v. 67, n. 2, p. 301–320, 2005.

# Apêndice

|  | Logit | Logit Robusto | OLS | OLS Robusto |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Ideologia | 3.929\*\*\* | 3.929\*\*\* | 0.362\*\*\* | 0.362\*\*\* |
|  | (0.688) | (0.708) | (0.060) | (0.062) |
| Orientação Contra | -2.782\*\*\* | -2.782\*\*\* | -0.491\*\*\* | -0.491\*\*\* |
|  | (0.399) | (0.392) | (0.049) | (0.058) |
| Rec.PJ | 0.023\* | 0.023\* | 0.004\*\* | 0.004\*\* |
|  | (0.009) | (0.010) | (0.001) | (0.001) |
| Rec.PF | 0.015 | 0.015 | 0.003\* | 0.003\* |
|  | (0.012) | (0.011) | (0.001) | (0.001) |
| Rec.Próprios | 0.007 | 0.007 | 0.001 | 0.001 |
|  | (0.011) | (0.012) | (0.001) | (0.002) |
| Rec.Partido | 0.022\* | 0.022\* | 0.003\*\* | 0.003\*\* |
|  | (0.009) | (0.009) | (0.001) | (0.001) |
| NE | 1.258\* | 1.258\* | 0.125 | 0.125 |
|  | (0.536) | (0.525) | (0.068) | (0.075) |
| N | 1.341\* | 1.341\* | 0.135 | 0.135 |
|  | (0.604) | (0.606) | (0.076) | (0.084) |
| SE | 1.282\* | 1.282\* | 0.132\* | 0.132 |
|  | (0.523) | (0.534) | (0.066) | (0.074) |
| S | 0.360 | 0.360 | 0.038 | 0.038 |
|  | (0.569) | (0.535) | (0.074) | (0.081) |
| Oposição | -0.337 | -0.337 | -0.057 | -0.057 |
|  | (0.318) | (0.339) | (0.041) | (0.047) |
| Político | -0.298 | -0.298 | -0.024 | -0.024 |
|  | (0.298) | (0.302) | (0.034) | (0.033) |
| Superior | -0.362 | -0.362 | -0.023 | -0.023 |
|  | (0.344) | (0.356) | (0.041) | (0.043) |
| Casado | 0.241 | 0.241 | 0.032 | 0.032 |
|  | (0.325) | (0.349) | (0.038) | (0.039) |
| Num.Obs. | 454 | 454 | 454 | 454 |
| R2 |  |  | 0.526 |  |
| R2 Adj. |  |  | 0.510 |  |
| AIC | 354.5 |  | 347.4 | 1193.4 |
| BIC | 416.3 |  | 413.3 | 3001.2 |
| Log.Lik. | -162.270 |  | -157.692 |  |
| F | 7.473 |  | 34.739 |  |
| RMSE | 0.33 |  | 0.34 |  |
| \* p < 0.05, \*\* p < 0.01, \*\*\* p < 0.001 | | | | |

1. <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=373327> [↑](#footnote-ref-21)